

Relatório vai propor suspensão de mandato

Brasília — O relatório final da CPI do Orçamento vai propor, além da cassação dos parlamentares envolvidos na manipulação de verbas do Orçamento da União, a suspensão dos mandatos, como solução intermediária para as punições. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), informou ontem que já estão prontos 36 pareceres — são 71 investigados. O relatório final começará a ser votado no sábado.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que o relatório final será votado em bloco e, depois, à parte, os destaques, como acontece nos casos de projetos de lei. “Ganha-se tempo e dá bons resultados”, afirmou o senador. A sugestão de votar o relatório em bloco é do deputado Roberto Magalhães. O senador Elcio Álvares (PFL-ES), que só assumirá o cargo de ministro da Indústria e Comércio após o fim da CPI, vai pedir a aprovação do relatório por unanimidade. “A tendência é o apoio integral da CPI ao texto”.

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que tem reclamado muito dos rumos da CPI, já critica a solução encontrada pelo relator, para a suspensão de alguns mandatos. Ele entende tratar-se de uma questão de ética e defende a cassação. Para Mercadante, não se fere a ética pela metade.

Roberto Magalhães informou que, além das punições indicadas no relatório examinadas pela Câmara e pelo Senado, os processos serão enviados ao Ministério Público no caso de ilícito penal e para a Receita Federal, quando se tratar de sonegação fiscal. O relatório da Subcomissão de Patrimônio aponta 74 sonegadores de impostos.

Até agora há 12 casos de investigados sem definição de culpa. Por isto, Roberto Magalhães aguarda o parecer das quatro subcomissões. É a primeira vez que o relator fala em número de pessoas ainda inocentes. Uma delas é o deputado Messias Góis (PFL-SE), que ontem andava feliz pelo corredores do Congresso, pois terminou a fase de instrução e a CPI não achou nada contra ele.

Raimundo Paccó



Senadores apostam em apoio

AS PRINCIPAIS SUGESTÕES DO RELATOR

- 1 — Acabar com a Comissão de Orçamento em razão do aviltamento do seu funcionamento.
- 2 — Cada comissão permanente do Congresso passaria a cuidar das emendas de sua área específica. Exemplo: emendas envolvendo as Forças Armadas seriam tratadas pela Comissão de Defesa Nacional.
- 3 — Fim da distribuição das subvenções sociais, que foram fraudadas em cerca de 80% nos últimos cinco anos. A CPI poderá sugerir a criação de um mecanismo substituto para não prejudicar as entidades sérias.
- 4 — Fim das emendas individuais para o Orçamento da União.
- 5 — As emendas do Orçamento só poderão ser apresentadas pelas bancadas estaduais, pelos partidos ou pelas comissões permanentes do Congresso — estas somente tratando das suas áreas.
- 6 — Fim das medidas provisórias para questões

orçamentárias.

- 7 — Confisco dos bens dos parlamentares acusados de lesar o patrimônio da União. O objetivo é tentar recuperar o máximo possível do que foi desviado.
- 8 — Quebra automática dos sigilos bancário e fiscal de todos aqueles que tiverem mandato, de vereador a presidente. A quebra de sigilo duraria desde o primeiro dia da posse até o fim do mandato. A quebra do sigilo de ministros não será proposta, mas será incluída no projeto de lei que deverá ser apresentado por Roberto Magalhães após a CPI.
- 9 — Redefinição do conceito de empresa estatal. Várias empresas poderão ser privatizadas ou até mesmo extintas.
- 10 — Pedido de punição para os bancos que permitirem a abertura de contas fantasmas ou laranjas.